

AUTONOMIA NO ESPORTE. RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA E ESPORTE NO MODELO EUROPEU.

Dr. Luiz Carlos Ribeiro¹

Resumo

O paradigma da autonomia do esporte em relação a política funda-se no princípio da especificidade das regras esportivas em comparação ao que predomina na sociedade em geral. Tomando como referência os Jogos Olímpicos/COI e o futebol/FIFA, a presente comunicação procura demonstrar que, diante das recentes transformações globais e o conseqüente crescimento econômico e espetacularização dos esportes, o conceito tradicional de autonomia encontra-se esgotado, desenvolvendo-se uma nova configuração na relação esporte e sociedade, esporte e política.

Palavras-chave: política e esporte; autonomia do esporte; Jogos Olímpicos; FIFA.

Abstract

The paradigm of the autonomy of sport with regard to politics is based on the principle of the specificity of sports rules in comparison to what predominates in general society. Taking as a reference the Olympic Games/COI and soccer/FIFA, the present communication strives to demonstrate that, against the recent global transformations and the consequent economic growth and spectacularization of sports, the traditional concept of autonomy finds itself exhausted; there is a new configuration in the relation sport and society, sport and politics.

Keywords: politics and sport; sport autonomy; Olympic Games; FIFA.

I

A análise da relação entre esporte e política encontra-se bastante desenvolvida na literatura social. Porém, as transformações da estrutura esportiva face ao processo de globalização e o debate político em torno da realização dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008, justificam a retomada do assunto esporte e política. Por conseqüência, a necessidade da atualização constante do debate é, antes do que uma discussão acadêmica, uma imposição de ordem política.

O discurso esportivo, em especial o formulado pelos dirigentes, construiu ao longo dos últimos cem anos o paradigma da especificidade e, por conseguinte, da autonomia do campo em relação a sociedade em geral. De formas diferenciadas, mas sempre relacionadas a pressupostos morais e educativos do esporte, esse discurso esportivo construiu uma prática própria fundamentada na moral do amadorismo, do lazer, do espetáculo, da colaboração e da solidariedade humana, enfim, do prazer da convivência social e esportiva sem qualquer outro tipo de interesse.

Nesses termos *especificidade* e *autonomia* tornaram-se princípios fundadores do esporte moderno. É com base nesses valores que os esportes ganharam autonomia, funcionando como uma atividade humana distante da política. Desde então o esporte é visto como uma atividade social, sem dúvida, mas fora das disputas políticas e ideológicas, seja no plano individual, no de grupos ou partidos e mesmo entre nações. O esporte é definido, assim, como uma atividade humana com um “espaço social próprio”.

¹ DEHIS/UFPR.

Como bem descrito por diversos autores – em especial Norbert Elias² –, o momento dessa conformação ocorreu sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. A partir desse período diversas sociedades vivenciaram, de forma diferenciada, o processo de consolidação da ordem burguesa, marcada por uma forte concentração urbana, em especial com uma massa de trabalhadores fortemente politizada. Impulsionadas pela revolução tecnológica e produtiva e pelo expansionismo comercial e financeiro, essas sociedades experimentaram uma expansão muito rápida e vivenciaram fortes tensões sociais e políticas.

Essas transformações e pressões, ao mesmo tempo em que foram estruturais, ocorreram de forma muito rápida, exigindo das elites políticas e econômicas um reordenamento da sociedade como um todo. Na verdade o que se verificou foi a consolidação de uma ordem que se gestava desde o século XVIII, com as chamadas revoluções burguesas e a racionalidade do pensamento iluminista.

Essas tensões consolidaram um modelo de organização política fundada no princípio da representação política, que pressupunha uma sociedade estruturada em grupos e classes de interesses diversos. Logo, o princípio da democracia e da representação política que se consolida é o da distinção social e política. A sociedade com isso legitima a pluralidade política, fazendo com que os indivíduos e grupos pudessem se manifestar de forma ordenada através da representação. Esse reconhecimento da vontade política do outro é, ao mesmo tempo, uma forma de distinção e fundamento da democracia moderna.

Esse modelo democrático, portanto, contempla o paradoxo da distinção como forma de inclusão. O melhor exemplo para entendermos essa configuração é a criação dos partidos políticos e da via do parlamento como estratégia à construção da vontade geral.

Organizada a partir da representação, a distinção é princípio básico nessa sociedade: distinção entre público e privado, entre indivíduo e sociedade e, sobretudo, a distinção entre grupos e classes sociais. Nesses termos, democracia e representação política são equipamentos que permitem o funcionamento, com equidade e ordem, das diversas formas de distinção social. Assim, distinguir é conceder a autonomia a esses indivíduos, grupos, classes, instituições, desde que inscritos nos espaços comuns da normatização coletiva.

II

O esporte moderno, com o estabelecimento de regras explícitas para os jogos e de valores de comportamento moral para os atletas, compõe esse cenário da representação política. Os fundamentos dos jogos olímpicos modernos, realizados a partir de 1896, são o melhor exemplo para compreendermos a constituição da especificidade do jogo e a autonomia do esporte como formas legítimas dessa representação política.

Como já destacamos acima, o clima social e político da segunda metade do XIX era não apenas socialmente tenso, mas internacionalmente belicoso, resultado das disputas por mercados.

Assim, podemos perceber que pelo menos dois aspectos fundamentaram o discurso da autonomia esportiva: a honra e a moralidade do atleta e a defesa da paz internacional.

² ELIAS, N. ; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

Esses dois eixos têm ramificações diversas que infelizmente não temos condições para desenvolver nessa comunicação. *Grosso modo*, honra, moralidade e visões antibélicas são temáticas intrínsecas. Na perspectiva do processo civilizacional, o espírito bélico de destruir e matar o inimigo é absolutamente o oposto ao princípio do esporte moderno. Este é essencialmente uma demonstração de capacidade não-violenta de embate, e jamais com a expectativa de eliminar o adversário. É por conta dessa constatação que Elias utiliza o jogo/esporte como exemplo de sua teoria do processo civilizacional. Nesse sentido o esporte é, por definição, o respeito às regras, fato que pressupõe um caráter que só é possível em indivíduos imbuídos de valores morais e civilizados.

Decorre desses elementos centrais, por exemplo, o conceito de amadorismo. O amadorismo é tanto uma afirmação do desprendimento do atleta a qualquer tipo de interesse que não exclusivamente a prática esportiva, quanto a capacidade moral de realizar um combate respeitando as regras que o definem.

É evidente nessa idéia o conceito do jogo desinteressado e a negação a qualquer afirmação de conotação ideológica. A de caráter étnico de forma explícita em nome da neutralidade para pedir a paz. A classista implícita pela formação social dos autores do conceito. O discurso esportivo pretende, assim, existir dentro de um campo despolitizado, alienado de qualquer interesse que não seja exclusivamente o cumprimento da regra específica da modalidade esportiva. É esse desprendimento que legitima sua autonomia.

O princípio da honra exigia, portanto, que o jogo fosse praticado por indivíduos capazes de respeito civilizado às regras. Os fundamentos de equilíbrio, solidariedade e *fair-play*, centrais no esporte moderno, supunham assim uma profunda equidade sócio cultural.

Desse modo estavam estabelecidos os elementos da especificidade e da autonomia do campo esportivo. Como os indivíduos que deveriam jogar entre si a princípio eram iguais e reconheciam as regras e a praticavam sob a condição moral de respeitá-la, não havia a necessidade de qualquer intervenção externa ao sistema esportivo. O esporte, fundado nesses valores, seria capaz de se auto-regular e legitimar sua autonomia.

Assim como as atividades esportivas olímpicas a partir de 1894, a regulamentação do futebol, em 1863, e a criação da sua direção internacional, a FIFA, em 1904, seguem na mesma linha de valores.

Não há, nesses pressupostos, qualquer sentido de ingenuidade ou de mascaramento político, mas sim uma convicção ideológica na formulação da autonomia do campo esportivo. O sentido da distinção é intrínseco à lógica dos seus formuladores. Na verdade, o fundamento da autonomia do esporte era exatamente o da distinção moral e cultural, ou seja, social.

III

O modelo de sociedade e esporte ao qual nos reportamos é o europeu, representado aqui por meio de duas instituições fundadoras do esporte moderno: o COI-Comitê Olímpico Internacional e os Jogos Olímpicos e a FIFA-Fédération Internationale de Football Associations. Assim, nossa análise não se dedicará ao modelo norte americano de esporte, que tem uma filosofia e estrutura diferenciada. Enquanto este desde o começo do século XX se organizou de forma profissional e por meio de ligas fechadas, o chamado “modelo europeu de esporte”, é inspirado no espírito

olímpico do amadorismo e predominou na organização do sistema esportivo mundial.³ Apesar de, desde os primórdios, esse ideal ter permanecido apenas como referência moral, ele serviu para fundamentar o discurso da especificidade e da autonomia do campo esportivo.

Porém, as transformações estruturais dos últimos anos, com a globalização, vêm colocando em xeque esse modelo. Nesses termos, elegemos o conceito de autonomia entre o esporte e a política como um elemento que nos permitirá compreender as transformações na estrutura esportiva em geral. Nessa direção o conceito de autonomia é central na discussão do esporte em relação ao Estado e a sociedade.

Esses dois movimentos esportivos – os Jogos Olímpicos e o futebol internacional – transformaram-se ao longo do século XX em dois monumentos institucionais. Foi um processo que não permitiu que os seus princípios fundadores se mantivessem na íntegra. O motivo do sucesso foi as modalidades esportivas terem se transformadas em formas culturais de massa. A massificação incorporou ao sistema esportivo atletas oriundos das classes populares, resultando no processo da profissionalização e de esgotamento do amadorismo como regra geral. Essa transformação rompeu na prática a barreira da distinção elitista que pressupunha exclusivamente a prática entre iguais, colocando em xeque o fundamento de sua autonomia.

Ao longo desse período não só os atletas deixaram de pertencer a uma única camada social – onde supostamente os valores morais e de honra eram idênticos a todos – como os próprios dirigentes também cada vez mais pertencem a camadas sociais diversas.

As transformações na base social nos esportes, ao longo do século XX, são bastante conhecidas. Exemplos como o caráter popular e operário do futebol inglês desde o final do século XIX, ou a sua descaracterização classista nos últimos trinta ou quarenta anos, pode ser adicionado ao da carreira de Michel Platini, um imigrante italiano de família simples que se transforma em símbolo no futebol francês, hoje presidente da poderosa UEFA-Union of European Football Associations e potencial candidato à presidência da FIFA.

A questão, portanto, é discutir como o esgotamento da distinção social repercutiu no sistema esportivo contemporâneo. Em outras palavras, se as bases da especificidade e da autonomia do esporte em relação às intervenções políticas, econômicas ou mesmo jurídicas (o direito comum) era a distinção social, com o seu esgotamento como esses fundamentos passaram a existir?

IV

Os esportes experimentaram no século XX tanto um grande sucesso, como foram motivos das mais variadas formas de uso político. Apenas para ficar com alguns exemplos mais conhecidos, podemos citar as tensões esportivas entre católicos e protestantes da Grã-Bretanha, as utilizações nazi-fascistas (em especial os Jogos Olímpicos de 1936, realizados na Alemanha) ou as apropriações feitas pelos países socialistas da chama *cortina de ferro*, nos anos da *guerra fria*. Na América Latina são conhecidas as utilizações políticas feitas pelos regimes militares, no Brasil, na Argentina ou no Chile. Do mesmo modo é preciso lembrar o uso dos esportes como

³ ANDREFF, W. Régulation et institutions en économie du sport. In : **Revue de régulations**, nº 1, junho de 2007. Acessado : <http://regulation.revues.org/>.

fator de comunhão e solidariedade entre os povos⁴ ou os usos no sentido de ampliar a democracia e o respeito às diferenças étnicas, como a manifestação do movimento negro norte americano nas Olimpíadas da Cidade do México, de 1968. Assim, ao lado do processo de profissionalização crescente, os esportes sofreram toda sorte de pressão política.

Na prática, portanto, aqueles fundamentos da autonomia esportiva – desinteresse financeiro e político-ideológico – rapidamente se desfizeram.

Apesar dessas transformações diversas as instituições esportivas conseguiram manter o discurso da autonomia dos esportes utilizando quase sempre o conceito da especificidade do campo esportivo. Ou seja, por conta do respeito às regras, o sistema esportivo permaneceu à margem das regulações comuns da sociedade. Constituiu uma estrutura política, financeira e jurídica própria, autônoma e, de alguma forma, auto-regulada.

Tendo de administrar as tensões tanto de ordem social e classista como as financeiras e políticas, o sistema esportivo se utilizou do princípio da autonomia para fazer, em quase todas as instâncias, acordos pouco ou nada transparente. Ou seja, com o argumento de se encontrar acima e fora das disputas de toda ordem (política, ideológica, financeira, classista, administrativa, jurídica), o sistema esportivo constitui um sistema próprio e autônomo às regulações societárias comuns. Negociou essa autonomia quase sempre de forma obscura, reproduzindo um modelo clássico do regime patrimonialista, fundado numa relação de dependência, cooptações obscuras e troca de favores.

Desse ponto de vista, tanto a direção da FIFA quanto o COI podem ser caracterizadas como politicamente conservadoras e elitistas. Em alguns momentos até mesmo de direita, como no apoio de membros do COI ao nazismo ou, durante a guerra-fria, uma manifesta posição anti-democrática e, sobretudo, anti-comunista. Referindo-se às primeiras décadas do século XX, Clastres afirma que o COI tinha uma “verdadeira fobia da revolução social, do crescimento do movimento operário, da revolução bolchevique”.⁵ O próprio Coubertin não apenas manifestara seu incômodo com a ascensão da Frente Popular, uma coalização de esquerda que governou a França de 1936 a 1938, como declarou sua simpatia ao regime nazista. Pronunciando-se logo após os Jogos de Berlim de 1936, assim se manifestou Pierre Coubertin:

O grandioso sucesso dos Jogos de Berlim serviu magnificamente ao ideal olímpico.

(...)

Pelos Jogos, meus Jogos, eu quero um longo brado de paixão, não importa de qual tipo. Em Berlim nós vibramos por uma idéia que não nos cabe julgar, mas que foi o excitante passional que eu busco constantemente.⁶

Desde então o preceito de autonomia e de internacionalização do campo, desenvolvido nos esportes, tem produzido uma prática de honra mais próxima da máfia do que dos valores humanos universais do ideal coubertiniano de civilização. Assim como na FIFA, a maioria dos membros do COI é recrutada de forma pouco clara, formando-se uma rede obscura de cooptação e favores. A ampliação dos países representados – a FIFA atualmente com 207, o COI com 205 – é superior ao da ONU, com 192. É esta facilidade de cooptação que permite ao sistema esportivo da FIFA e do

⁴ BONIFACE, P. **Football et mondialisation**. Paris: Armand Colin, 2006.

⁵ CLASTRES, P. La face cachée du CIO. In : **Les Collections de l’Histoire**. No 40, Juillet, 2008, p. 75.

⁶ Citado por CLASTRES, P. **Jeux Olympiques, un siècle de passions**. Paris : Les Quatre Chemins, 2008, p. 73

COI manter-se à sombra da moral conservadora e aristocrática da honra amadora e, de algum modo, evoluir de forma marginal na sociedade contemporânea.

Fundada em Paris, em 1904, a FIFA mudou-se em 1932 para Zurique, na Suíça, em razão de graves problemas financeiros depois do *krach* de 1929. Inscrita de acordo com o artigo 60 do Código Civil Suíço, a FIFA é a uma pessoa jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Do mesmo modo, por iniciativa do então recém-eleito presidente, Juan Antonio Samaranch, o COI tomou a decisão, em 1981, de obter junto a corte suíça o estatuto de uma ONG internacional. A opção de se instalar na Suíça deu-se em função da histórica neutralidade política desse país e, sobretudo, pelo caráter liberal de sua legislação, fato que garante aos dirigentes dessas entidades alguma independência política e, sobretudo, uma espécie de inviolabilidade judiciária.

Se nos princípios fundadores do esporte moderno a dicotomia entre amadorismo e profissionalismo era central porque estabelecia critérios morais e de classe dos idealizadores, ao longo do século XX ela se tornou, assim como a autonomia política, em uma profunda hipocrisia. O discurso permaneceu apenas para legitimar as práticas patrimonialistas e garantir a permanência de determinados grupos no poder.

Apesar de uma propalada solidariedade e democracia, esse sistema é exatamente o oposto. Basta lembrarmos os exemplos do espanhol Juan Antonio Samaranch que presidiu o COI por vinte anos (1980-2001), de João Havelange que presidiu a CBD por 17 anos (1958-1975) e a FIFA por 24 anos (1974-1998), e de Ricardo Teixeira, que ao fim de seu mandato completará 26 anos como presidente da Confederação Brasileira de Futebol (1989-2015).

A especificidade do campo, fundado na competitividade e no mérito esportivo, foi diversas vezes borrada pela corrupção financeira e pelos arranjos políticos, como pode ser demonstrado, por exemplo, nas formas pouco claras para a escolha das cidades sedes dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo de Futebol e no superfaturamento e má utilização dos recursos públicos para a realização dos eventos.

Mesmo nos países socialistas, que faziam forte apologia ao amadorismo em oposição ao profissionalismo das nações capitalistas, o mérito esportivo era secundário, já que a dopagem e a utilização política dos atletas – nomeados *atletas do Estado* – sempre foram o principal objetivo.⁷

VII

As transformações estruturais dos últimos trinta anos vêm produzindo no sistema esportivo um novo conceito de autonomia.⁸ A liberalização do mercado em geral, face a globalização, impacta identicamente no sistema esportivo. O impacto imediato dessa liberalização tem sido a exposição da fragilidade da auto-regulação do sistema, o que era até então o fundamento da sua autonomia. O sucesso mediático dos esportes revelou a incapacidade do sistema em gerenciar uma série de novos problemas, tanto com relação ao aumento vertiginoso dos recursos financeiros quanto ao impacto social e político dos esportes na sociedade contemporânea.

Passa a existir, de agora em diante, uma série de intervenções “de fora para dentro” no sistema esportivo. O imenso investimento das empresas e da rede de mídia, nos esportes, ocorre na proporção da expectativa de retorno financeiro desses patrocinadores. O esporte não pode mais ficar nas mãos dos tradicionais cartolas, que

⁷ VIGARELLO, G. **Du jeu ancien au show sportif, la naissance d'un mythe**. Paris : Seuil, 2002.

⁸ RIBEIRO, L. A crise da autonomia no futebol globalizado: A experiência européia (1985-2007). In: RIBEIRO, L. (Org.) **Futebol e globalização**. Jundiaí: Ed. Fontoura, 2007, pp. 49-68.

administram clubes e federações como se fossem empreendimentos familiares. Um bom exemplo dessa prática é o obscuro caso, ocorrido em 1997 com o folclórico Eurico Miranda, presidente do Vasco, que retirou pessoalmente parte da renda do jogo Vasco e Flamengo, no Maracanã, colocou numa pasta e levou para casa, quando foi assaltado. Hoje clubes e entidades esportivas recebem um controle externo cada vez mais rigoroso por parte dos investidores.

O mesmo ocorre em relação ao campo social e político. O aumento da violência dentro e fora dos estádios por parte de torcedores exaltados, a utilização de clubes como forma de lavagem de dinheiro originário da corrupção e do tráfico internacional, o comércio ilegal de jogadores, em especial os mais jovens, apenas para ficarmos com alguns exemplos, têm levado as autoridades políticas e se manifestar e a intervir no campo esportivo.

Como resultado dessas pressões externas, desde 1985 o COI estabeleceu um acordo com seus patrocinadores, o chamado programa TOP (*The Olympic Partners*), que garante o investimento direto em até com 20% ficando os outros 80% por conta da venda dos direitos televisivos. Ainda, o COI obteve o direito exclusivo de explorar a marca da entidade e os famosos anéis olímpicos. Tais recursos permitiriam ao Comitê uma autonomia financeira em relação aos governos nacionais. “A partir dos anos 1980 – afirma Clastres – o COI se transforma em uma verdadeira máquina administrativa, burocrática, financeira, havendo mesmo criado uma agência especialmente encarregada de controlar a imagem olímpica, seu próprio museu, sua livraria, seus próprios historiadores”.⁹

De forma idêntica, a FIFA vem se transformando substancialmente nos últimos anos. Pressionada pelos clubes ricos europeus (cada vez mais sob o controle de empresários preocupados não com o mérito esportivo, mas sim com a eficácia financeira), pelos patrocinadores e pela televisão a FIFA e a UEFA têm se obrigado à profissionalização de seus quadros de direção e, de algum modo alguma democratização e transparência. No plano social e político, a pressão dos governos – em especial na Europa – tem obrigado a FIFA a mudar seu perfil social. Antes uma entidade sem qualquer preocupação com os problemas sociais, tais como pobreza, tráfico de jogadores muito jovens, racismo, etc, vem aos poucos se transformando também em uma ONG social.

Desde o seu 56º Congresso, de 2006, a FIFA vem fazendo da ética uma de suas prioridades. A proposta é estabelecer uma melhor governabilidade e transparência no mundo do futebol. Essa atitude, evidente, é resultado das pressões sociais e políticas e visa manutenção do controle sobre o esporte no mundo. Entre exemplos de problemas de ordem social podemos lembrar o tráfico de jogadores extremamente jovens da África para a Europa ou o uso de mão-de-obra infantil na confecção de bolas de futebol em alguns países asiáticos. Desse modo, temas diversos têm sido debatidos e aprovados no âmbito da entidade, como a regulamentação dos agentes dos jogadores, estabelecimento de parte dos recursos obtidos na venda de jogadores destinados à criação de centros de formação, controle de dopagem, controle das apostas na internet, entre outros.

A própria ONU e a UNESCO, pressionadas tanto por ações humanitárias quanto por questão de segurança internacional, tem aumentado o rigor no reconhecimento das ONGs internacionais e sem fins lucrativos, como se definem hoje o COI e a FIFA. Do

⁹ CLASTRES, P. La face cachée du CIO, op. cit, p. 77.

mesmo modo, os patrocinadores fazem exigências de toda ordem para associar a suas marcas a essas entidades.

No âmbito da política dos governos nacionais a exigência é idêntica. Em especial no caso europeu que vive um processo complexo de afirmação da unidade européia face a uma economia extremamente liberal, a pressão para que entidades como a FIFA, UEFA e COI se transformem em parceiros de seu projeto é intensa.

De tal modo existem essas pressões externas que esses temas sociais passaram a fazer parte do estatuto da entidade, como o registrado em um de seus objetivos da FIFA: “Melhorar constantemente o futebol e difundi-lo no mundo, tendo em conta seu impacto universal, educativo, cultural e humanitário, colocando em ação programas de desenvolvimento e de juventude”.¹⁰

VIII

As preocupações metodológicas recentes com os esportes, tanto das ciências políticas quanto das econômicas, são sinais que revelam ao mesmo tempo mudanças e intervenções na autonomia histórica dos esportes. Nesse sentido, a própria realização desse congresso é uma dessas evidências. A sociedade em geral – através de atores diversos como, entre outros, políticos, agentes de segurança pública, agentes culturais, cientistas políticos – manifesta desconfiança com o antigo modelo de autonomia e insegurança com o que se gesta nesses últimos trinta anos.

A síntese atual desse conflito foi a escolha de Pequim como sede dos Jogos de 2008. Em nome da internacionalização e da neutralidade política dos jogos, a escolha da sede responde, na verdade, muito mais aos interesses comerciais dos patrocinadores do evento, interessados no mercado potencial de um bilhão e trezentos mil consumidores.

Em síntese, se os princípios morais de honra e mérito esportivo, construídos ao final século XIX como argumento à especificidade e autonomia dos esportes, tinham um sentido conservador e classista, ao longo do século XX eles se transformaram numa grande hipocrisia, legitimando comportamentos obscuros, como corrupção e uso dos esportes pra atender a interesses de pequenos grupos.

De modo paradoxal, portanto, o processo atual de forte expansão e liberalização dos esportes contribui para direcioná-los, não sem contradições, no sentido de uma maior democratização e regulação institucional.

¹⁰ STATUTS DE LA FIFA. Fifa.com.